



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639087 - RS (2021/0004577-0)

RELATOR : MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
IMPETRANTE : ELIAS KOAKOSKI
ADVOGADO : ELIAS KOAKOSKI - RS084481
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : CHARLES DOS SANTOS ESTEVES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por CHARLES DOS SANTOS ESTEVES contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (HC n. 01174765-54.2020.8.21.7000).

O impetrante encontra-se preso preventivamente, desde o dia 2/3/2017, pelo cometimento, em tese, do crime tipificado no art. 121, § 2º, II, III e IV, c/c art. 14, II, na forma do art. 29, *caput*, do Código Penal.

O impetrante alega em síntese, ausência de provas concretas acerca da existência do crime, ausência de autoria delitiva e de perigo gerado pelo estado de liberdade do paciente.

Requer liminarmente e no mérito, a aplicação, por isonomia, dos efeitos do RHC n. 122.400/RS (julgado pelo Supremo tribunal Federal que, em decorrência da demora do julgamento, concedeu a ordem, relaxando a prisão do paciente), substituindo a prisão preventiva por medida cautelar diversa.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O *writ* não merece prosperar.

A verificação da negativa de autoria demanda reexame de fatos e provas, procedimento incompatível com a estreita via do *habeas corpus*. Deve a questão ser dirimida no trâmite da instrução criminal. Confira-se precedente sobre a matéria:

AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. TRÁFICO DE DROGA, ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO E POSSE IRREGULAR DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO. EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. TEMA NÃO

ALISADO PELA CORTE DE ORIGEM. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PRISÃO PREVENTIVA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. GRAVIDADE DA CONDUTA. ALEGAÇÃO DE NEGATIVA DE AUTORIA. REVOLVIMENTO DE PROVAS. VIA INADEQUADA. RECURSO NÃO PROVIDO.

[...]

4. A tese de negativa de autoria exige o revolvimento do conteúdo fático-probatório, o que é inviável na via do habeas corpus.

5. Agravo regimental não provido. (AgRg no HC n. 580.801/BA, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 21/9/2020.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente